

# Como a esquerda fez a Constituição (II)

Ricardo Noblat

**C**ompacto do que ontem, neste espaço, o autor se esforçou por começar a demonstrar: foi dito que uma Constituinte de maioria conservadora pariu uma Constituição em desacordo com seu perfil — vá lá, uma Constituição mais ao gosto das esquerdas. A ausência de um anteprojeto como ponto de partida foi responsável, em grande parte, pela crônica da derrota anunciada da direita e dos que, no centro, estão mais perto dela.

As esquerdas ganharam a luta nas subcomissões da Constituinte via mobilização do que, difusamente, é chamado de "sociedade civil" — o conjunto de entidades e organismos que elas mesmas controlam. Favorecidas na composição da Comissão de Sistematização, o funil que deu passagem à Constituição em sua forma quase definitiva, driblaram a rala influência de um governo omissivo e se prepararam para enfrentar o *Centrão*.

Continuemos, pois, desse ponto. A Comissão de Sistematização serviu às esquerdas para que elas aparassem, ali, suas diferenças. Houve concessões de parte a parte. O PT abriu mão da tendência de só votar para marcar posição. O PCB exerceu sua vocação de mediador. A esquerda do PMDB atuou para atrair o centro moderado do partido. O projeto da Comissão de Sistematização foi o projeto de Constituição possível das esquerdas.

Em momento algum, nem antes nem depois da Comissão de Sistematização, os conservadores e os moderados da Constituinte tiveram um projeto de Constituição para oferecer à discussão da sociedade. Se tinham, não o apresentaram. Acreditaram, quase todo o tempo, na força do *lobby* organizado, movido a uma soma de dinheiro que não foi tão grande como chegou a ser alardeado. Agiram no varejo dos artigos e parágrafos.

Esqueceram do atacado, onde poderiam ter tentado vender a idéia, só de leve e, envergonhadamente, insinuada, da internacionalização da economia do país. Comemoraram, a certa altura, a entrada em cena do *Centrão*, que teve a força de implodir o regimento interno original da Assembléia. Mas quando o *Centrão* aviou sua receita de Constituição, os conservadores descobriram que ela não operaria o milagre da união deles.

A maioria que passara como um trator por cima do regimento interno, desmoronou na votação do preâmbulo da futura Constituição — o primeiro dispositivo a ser



examinado no plenário. O projeto de Constituição do *Centrão* foi o projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, modificado em alguns dos seus trechos. As modificações separaram o que o empenho pela revogação do regimento foi capaz de juntar.

O aprofundamento das divergências de uma maioria desarticulada, sem rumo e sem um objetivo claro e definido, coube ao engenheiro e enxadrista de nome Mário Covas. Foi ele, com a paciência de um artesão e com a confiança das esquerdas, quem costurou a maioria dos acordos responsáveis pela desativação do *Centrão*. Perdeu com a derrota do parlamentarismo e do mandato de quatro anos.

Mas ganhou, praticamente, no resto. Foi na Comissão de Sistematização que se debateu, de fato, a Constituição — não foi no plenário da Constituinte. Nesse, uma fatia ponderável de senadores e de deputados se limitou a votar sem saber no que estava votando — e outra fatia se restringiu a avaliar o que as lideranças dos partidos tinham combinado, ou a orientação que cada uma delas deu. Nada mais.

As esquerdas e seus eventuais aliados, dispuseram de bons e convincentes oradores para a tarefa de persuasão em plenário. Em algumas ocasiões, ajudou-as até mesmo vozes como as dos senadores Afonso Arinos de Melo Franco e Jarbas Passarinho. Foi Afonso Arinos, por exemplo, quem subiu à tribuna para defender o voto dos menores a partir dos 16 anos. Na Comissão de Sistematização, defendera a estabilidade no emprego.

Passarinho encaminhou, da tribuna, favoravelmente à aprovação do acordo que resultou na garantia do direito ilimitado à greve. Os conservadores contaram, para a tarefa de inflamar corações e mentes no plenário da Constituinte, com a estridência do deputado José Lourenço, com o vozeirão do deputado Gastone Righi e com a eficácia duvidosa do poder de argumentação do deputado Amaral Neto. Muito pouco, pois não.

O deputado Delfim Netto não se arriscou a tomar a tribuna de assalto e se comportou com discrição nas ações corriqueiras do plenário. Isolou-se, e foi isolado, o senador Roberto Campos. Refluiu, a certa altura, o deputado Bonifácio de Andrada, que brilhara no alvorecer do *Centrão*. Sozinhos, os deputados Luiz Eduardo Magalhães, Luiz Roberto Ponte e Ricardo Fiúza pouco puderam fazer, salvo serem coerentes no voto.

A ausência, sistemática, de uma centena de constituintes que preferiu permanecer nos estados a comparecer ao seu local de trabalho, eliminou qualquer chance de o projeto de Constituição vir a ser alterado na votação do segundo turno. O que foi feito, bem feito ou não, está quase pronto, acabado.

A futura Constituição tem a cara do MDB que resistiu dentro de um PMDB desfigurado, e daquele que migrou para outras legendas.

JORNAL DO BRASIL